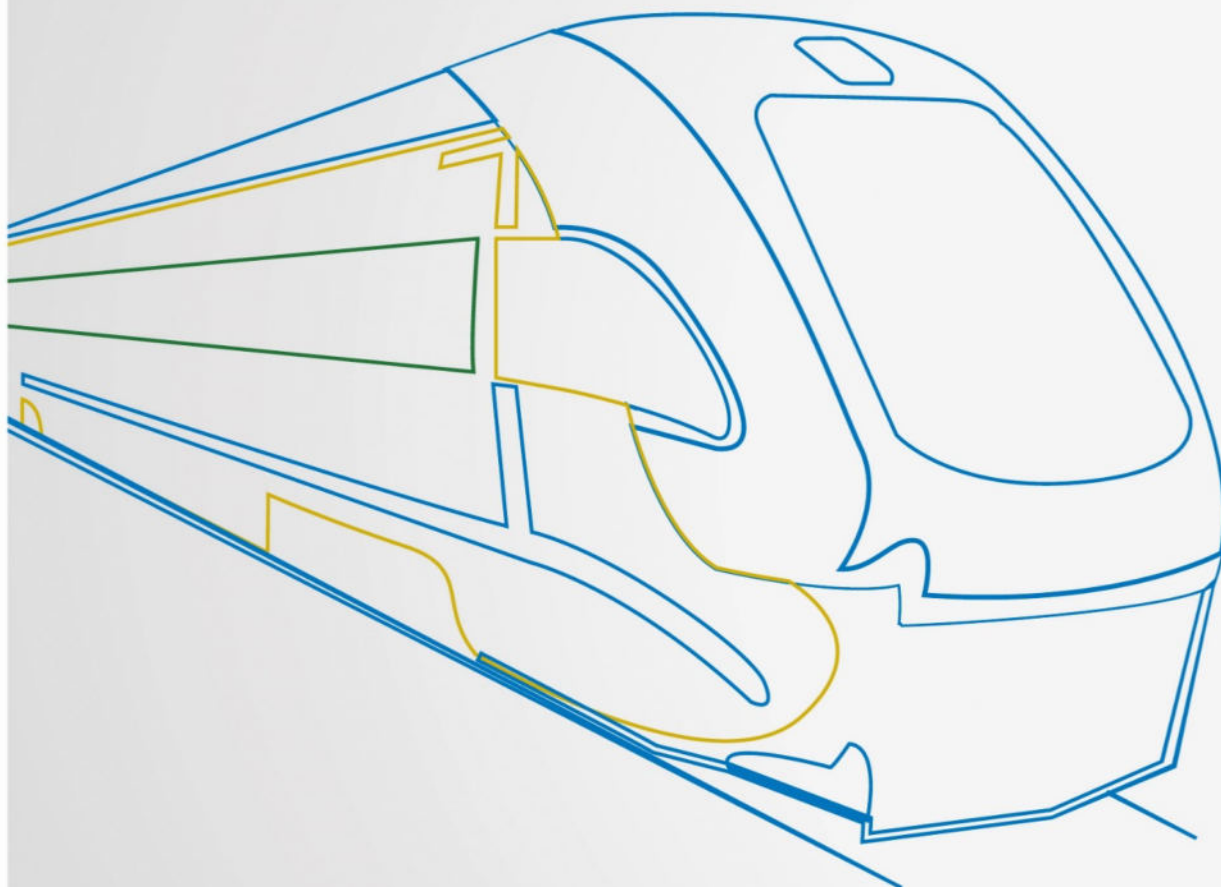


CONTRATO Nº024-2023/DA

**CBTU
COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS
URBANOS**

&

**INSPETORIA SÃO JOÃO BOSCO
(CENTRO SALESIANO DO MENOR – CESAM)**





CONTRATANTE: COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - CBTU

CONTRATADA: INSPETORIA SÃO JOÃO BOSCO – CESAM

CLÁUSULAS CONTRATUAIS

CLÁUSULA PRIMEIRA:	- OBJETO
CLÁUSULA SEGUNDA:	- EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS
CLÁUSULA TERCEIRA:	- PRAZO DE VIGÊNCIA
CLÁUSULA QUARTA:	- INÍCIO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS
CLÁUSULA QUINTA:	- VALOR DO CONTRATO
CLÁUSULA SEXTA:	- FORMA DE PAGAMENTO
CLÁUSULA SÉTIMA:	- DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
CLÁUSULA OITAVA:	- REAJUSTE
CLÁUSULA NONA:	- GARANTIA DE EXECUÇÃO
CLÁUSULA DÉCIMA:	- OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA
CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA:	- OBRIGAÇÕES DA CBTU
CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA:	- TRIBUTOS
CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA:	- EXONERAÇÃO DE RESPONSABILIDADES
CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA:	- GESTÃO E FISCALIZAÇÃO
CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA:	- RECEBIMENTO DO OBJETO
CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA:	- SUBCONTRATAÇÃO
CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA:	- SIGILO
CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA:	- CESSÃO DO CONTRATO
CLÁUSULA DÉCIMA NONA:	- DIREITOS PATRIMONIAIS E AUTORAIS
CLÁUSULA VIGÉSIMA:	- CONTA VINCULADA
CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA:	- ALTERAÇÃO CONTRATUAL
CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA:	- SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA:	- EXTINÇÃO E RESCISÃO
CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA:	- RECURSO ADMINISTRATIVO
CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA:	- COMUNICAÇÃO ENTRE AS PARTES
CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA:	- ANEXOS
CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA:	- PROTEÇÃO DE DADOS CASOS OMISSOS
CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA:	- PUBLICAÇÕES
CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA:	- DISPOSIÇÕES GERAIS
CLÁUSULA TRIGÉSIMA:	- CASOS OMISSOS
CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA:	- FORO

**CBTU**

Companhia Brasileira de Trens Urbanos

Administração Central

Contrato de prestação de serviços que entre si celebram, de um lado a **COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS – CBTU** e do outro, **INSPETORIA SÃO JOÃO BOSCO - CESAM**, na forma abaixo:

PREÂMBULO

A **COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - CBTU**, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 42.357.483/0001-26, com sede no endereço SBN (Setor Bancário Norte) Quadra 01, Edifício CNC, 9º ao 13º andar – CEP 70041-902 – Brasília/DF, neste ato representada por seu Sr. Diretor-Presidente, **Sr. JOSÉ MARQUES DE LIMA**, portador da carteira de identidade nº [REDACTED], expedida pela SSP/PE, inscrito no CPF/ME sob o nº [REDACTED] e Diretora de Administração e Finanças **Sra. ADRIANA FONSECA LINS**, portadora da carteira de identidade nº [REDACTED] expedida pelo CREA/RJ, inscrita no CPF/ME sob o nº [REDACTED] doravante denominada **CBTU** e a entidade **INSPETORIA SÃO JOÃO BOSCO**, nome fantasia **CENTRO SALESIANO DO MENOR – CESAM**, pessoa jurídica de direito privado, constituída na forma de associação civil provada sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ-ME sob o nº [REDACTED], com sede na Avenida 31 de Março, nº 435. Bairro Coração Eucarístico, Belo Horizonte/MG, CEP30.535-000, neste ato representada por seu diretor **Moacir Jose Scari**, portadora da Carteira de Identidade nº [REDACTED], expedida pela PC/MG, inscrita no CPF/ME sob o nº [REDACTED] doravante denominada **CONTRATADA**, vem celebrar o presente Termo de Contrato, em decorrência do **Dispensa Eletrônica nº 017-2023/GALIC/P**, Processo Administrativo PROT nº 5093/2023, e em observância às disposições da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, do Decreto 8.945, de 27 de dezembro de 2016, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, Lei nº 10.097/2022, do Decreto nº 8.538, de 6 de outubro de 2015, da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 05/2017, do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CBTU – RILC/CBTU e dos preceitos de direito privado, bem como em harmonia com os princípios constitucionais, princípios da Administração Pública, disposições do Tribunal de Contas da União e pelas Cláusulas e Condições a seguir enunciadas:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O presente contrato tem por objeto a **contratação de instituição capacitadora para operacionalização do Projeto Jovem Aprendiz com atividades práticas do programa por meio de formação técnico-profissional metódica, visando o desenvolvimento de atividades conjuntas que propiciem a formação e promoção da integração do Aprendiz ao mundo do trabalho, em conformidade com os parâmetros estabelecidos na legislação trabalhista nos termos dos artigos 428 a 433 da CLT e de acordo com o disposto na Lei Federal nº 10.097 de 19 de dezembro de 2000, a fim de atender 09 jovens, no âmbito da Administração Central – Brasília, conforme especificações constantes do Termo de Referência, que é parte integrante deste instrumento – Anexo I.**

1.2. Integram, ainda, o presente contrato a proposta apresentada pela **CONTRATADA** – Anexo II, bem como o Regulamento Interno de Licitações, Contratações Diretas, Contratos e Convênios, da CBTU – RILC/CBTU, disponível em: https://www.cbtu.gov.br/images/licitacoes/rilc_cbtu.pdf; independentes de transcrição.

1.3. Em caso de divergência ou contradição entre as disposições dos documentos mencionados nos itens anteriores e as deste contrato, prevalecerão as regras contidas no contrato.



2. CLÁUSULA SEGUNDA – EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

2.1. O serviço contratado será realizado por execução indireta, mediante regime de empreitada por preço unitário.

2.2. Os serviços a serem executados, bem como suas especificações e detalhamentos, constam do Termo de Referência, **ANEXO I** do presente Contrato.

2.3. Na execução dos referidos serviços, a **CONTRATADA** se compromete a cumprir as normas e especificações vigentes, observando os procedimentos técnicos mais avançados.

2.4. Reserva-se à **CBTU** o direito de estabelecer normas e instruções complementares visando à perfeita execução dos serviços prestados pela **CONTRATADA**.

2.5. A execução dos serviços objeto do presente contrato ocorrerá da forma descrita no Termo de Referência, que é parte integrante deste instrumento – Anexo I.

2.6. Durante toda a execução deste contrato a **CONTRATADA** se compromete a observar, integralmente, os dispositivos previstos no Código de Ética, no Código de Conduta e Integridade e na Política de Transações com Partes Relacionadas, todos elaborados pela Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU.

2.7. Para efeito de cumprimento da regra supracitada, os documentos referidos no item anterior se encontram disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos, facultando-se à **CONTRATADA**, ainda, solicitar formalmente cópia daqueles ao gestor deste instrumento:

2.7.1. Código de Ética:

<https://www.cbtu.gov.br/images/home/acbtu/codigodeeticacbtu190918.pdf>;

2.7.2. Código de Conduta e Integridade:

https://www.cbtu.gov.br/images/gagov/codigo_de_conduta_e_integridade.pdf; e

2.7.3. Política de Transações com Partes Relacionadas:

https://www.cbtu.gov.br/images/gagov/politica_de_transacoes_com_partes_relacionadas.pdf

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PRAZO DE VIGÊNCIA

3.1. O prazo de vigência do contrato será de 30 (trinta) meses, contados a partir da data da sua assinatura.

3.2. O presente contrato poderá ser prorrogado por interesse das partes nos termos do art. 71, da Lei nº 13.303/2016 e do art. 233, do RILC/CBTU, até o limite de 5 (cinco) anos, mediante celebração de Termo Aditivo, caso sejam preenchidos os requisitos abaixo enumerados, de forma simultânea, e autorizado formalmente pela autoridade competente:

3.2.1. Os serviços tenham sido prestados regularmente, nos termos contratuais e da legislação vigente;

3.2.2. A **CBTU** mantenha interesse na realização do serviço;

3.2.3. O valor do contrato permaneça economicamente vantajoso para a **CBTU**;

3.2.3.1. O valor do contrato será considerado vantajoso para **CBTU** quando for igual ou inferior ao valor estimado para a realização de novo procedimento de contratação;



3.2.4. A **CONTRATADA** concorde expressamente com a prorrogação; e

3.3. A **CONTRATADA** não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

3.4. É possível a prorrogação deste contrato por prazo diverso do contratado originalmente.

3.4.1. No caso da prorrogação ser por prazo superior ao contratado originalmente, deverá ser demonstrado tecnicamente, com base na complexidade e/ou na peculiaridade do objeto, o benefício advindo para a **CBTU**.

3.5. A prorrogação deste contrato deverá ser promovida mediante a celebração de termo aditivo.

4. CLÁUSULA QUARTA – INÍCIO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1. O prazo para início da prestação dos serviços dar-se-á mediante a emissão pela **CBTU** da 1ª Ordem de execução - OEX e o aceite do referido documento pela **CONTRATADA**.

4.2. Será emitida uma Ordem de Execução - OEX para cada exercício fiscal.

4.3. O prazo previsto no item 3.1, da Cláusula Terceira, só poderá ser suspenso, por acordo entre as partes, desde que ocorra motivo imperioso e extraordinário, devidamente justificado e comprovado, fato que ensejará a suspensão da execução do contrato enquanto perdurarem os motivos relevantes.

4.3.1. Também será permitida a suspensão do contrato por motivo de força maior devidamente comprovada.

4.4. Além das hipóteses previstas no item anterior, este contrato poderá ser suspenso no caso de indisponibilidade de limite de empenho ou de limite financeiro decorrente de contingenciamento do orçamento fiscal da União.

4.4.1. Neste caso a **CBTU** deverá notificar formalmente a **CONTRATADA** acerca da suspensão, com **antecedência mínima de 30 (trinta) dias**.

4.5. A suspensão será formalizada através de **Termo Aditivo**, onde será definida, sempre que possível, a expectativa de prazo para o reinício da execução, sendo recomendável a elaboração de cronograma de execução.

4.6. Nestes casos a **CBTU** atribuirá ao contrato a título de prorrogação, um acréscimo de prazo igual ao período de tempo de suspensão.

5. CLÁUSULA QUINTA – VALOR DO CONTRATO

5.1. Pela prestação dos serviços objeto do presente Contrato a **CBTU** pagará a **CONTRATADA** o valor global de R\$ 411.798,60 (quatrocentos e onze mil, setecentos e noventa e oito reais e sessenta centavos), conforme proposta da contratada, que será pago de acordo com os serviços executados.

5.2. No valor da taxa de administração devendo estar inclusos todos os impostos, taxas e demais encargos/despesas necessários a completa execução dos serviços contratados, bem como crachá e uniforme.

5.3. A **CONTRATADA** deverá apresentar fatura mensal de cobrança, contendo os valores referentes à remuneração (salário, vale transporte e vale refeição), seguro de vida, exame admissional, demissional e periódico, por Aprendiz, assim como o custo administrativo pelos serviços prestados e anexar memória de cálculo dos valores constantes da mesma e cópias da GFIP e GPS.

6. CLÁUSULA SEXTA – FORMA DE PAGAMENTO



6.1. Os pagamentos serão efetuados em moeda nacional, em até 30 (trinta) dias seguintes ao da apresentado e aceitação dos documentos de cobrança (Nota Fiscal/Fatura), após o recebimento dos documentos de cobrança no protocolo da **CBTU**, situado na SBN (Setor Bancário Norte) Quadra 01, Edifício CNC, 9º ao 13º andar – CEP 70041-902 – Brasília/DF, desde que haja a devida atestação pelos Srs. Gestor e Fiscal do contrato.

6.1.1. Os documentos de cobrança enviados à **CBTU** pela **CONTRATADA** deverão ser encaminhados, obrigatoriamente, por intermédio do formulário **PROPAG** — Processo de Aprovação e de Pagamento de Documento de Cobrança.

6.2. Deverá ser apresentada, sob pena de não pagamento, a seguinte documentação pela **CONTRATADA**:

6.2.1. Nota fiscal/fatura, que deverá ser submetida à atestação pela gestão/fiscalização do contrato;

6.2.2. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, na forma da lei; e

6.2.3. Prova de regularidade com o Sistema da Seguridade Social, relativa ao INSS e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço — FGTS, na forma da lei.

6.3. No caso de contratos com pagamentos por etapas, a **CONTRATADA** poderá apresentar os documentos de cobrança à **CBTU** tão logo ocorra a atestação pela fiscalização/gestão do cumprimento das etapas contratuais previstas.

6.4. Na hipótese de ocorrer algum tipo de irregularidade nos documentos de cobrança emitidos, a **CBTU** notificará por escrito à **CONTRATADA** para que sejam procedidas as devidas correções. Caso o problema seja detectado nos 5 (cinco) primeiros dias úteis após a entrega da fatura pela **CONTRATADA**, a contagem do prazo de pagamento será reiniciada após a entrega dos documentos corrigidos. Por outro lado, se a **CBTU** perceber algum erro após o 5º (quinto) dia útil da entrega dos referidos documentos, a contagem de tempo para pagamento será interrompida, reiniciando a sua contagem quando do recebimento no protocolo da **CBTU** dos documentos corrigidos.

6.4.1. Na hipótese do item acima, a documentação corrigida poderá ser entregue diretamente à gestão/fiscalização do contrato, desde que possível a efetiva comprovação da data do recebimento.

6.5. Do valor das faturas a serem pagos serão deduzidos/retidos os encargos fiscais e previdenciários cabíveis, de acordo com a legislação e as normas internas pertinentes.

6.6. N o caso de eventuais atrasos de pagamento de obrigações contratuais, incidirão sobre os valores devidos juros moratórios simples de 6% (seis por cento) ao ano, ou seja 0,5% (cinco décimos por cento) ao mês, **pro rata die**, desde a data do vencimento da obrigação até a data do efetivo pagamento da obrigação principal.

6.7. A atualização monetária por eventuais atrasos de pagamento das obrigações contratuais será calculada com base na variação do **IPCA** — Índice de Preços ao Consumidor Amplo, **pro rata die**, desde a data do vencimento até a data do efetivo pagamento da obrigação principal.

6.8. No caso da documentação apresentar alguma irregularidade, será considerada para aplicação do disposto nos itens 6.6 e 6.7 a data do recebimento da documentação devidamente regularizada na CBTU.



CBTU

Companhia Brasileira de Trens Urbanos

Administração Central

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista para o exercício de **2023**, conforme classificação abaixo:

- 7.1.1. Programa de Trabalho:
- 7.1.2. Elemento de Despesa: 339039
- 7.1.3. Plano Interno: A1DETDAPR
- 7.1.4. Categoria Econômica: Custeio
- 7.1.5. Nota de Empenho: 2717, data: 30/11/2023.

7.2. A despesa para os exercícios subsequentes, quando for o caso, será alocada à dotação orçamentária prevista para atendimento dessa finalidade, a ser consignada a **CBTU**, pela Lei Orçamentária Anual.

8. CLÁUSULA OITAVA – REAJUSTE

8.1. O valor consignado no contrato será corrigido anualmente, observado o interregno mínimo de um ano, contado a partir da data da apresentação da proposta final, aplicando-se a variação média do índice IPCA.

8.1.1. Considera-se proposta final aquela que houver sido adjudicada no procedimento de aquisição do qual se originou este contrato.

8.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.3. Havendo atraso ou antecipação na execução dos serviços, relativamente a previsão do respectivo cronograma, que decorra da responsabilidade ou iniciativa da **CONTRATADA**, o reajustamento obedecerá às seguintes condições:

8.3.1. Quando houver atraso, sem prejuízo da aplicação das sanções contratuais devidas pela mora:

8.3.1.1. aumentando os preços, prevalecendo os índices vigentes na data em que deveria ter sido cumprida a obrigação;

8.3.1.2. diminuindo os preços, prevalecendo os índices vigentes na data do efetivo cumprimento da obrigação;

8.3.2. Quando houver antecipação, prevalecerão os índices vigentes na data do efetivo cumprimento da obrigação.

8.4. Na hipótese de atraso na execução do contrato por culpa da **CBTU**, prevalecerão os índices vigentes neste período, se os preços aumentarem, ou serão aplicados os índices correspondentes ao início do respectivo período, se os preços diminuírem.

9. CLÁUSULA NONA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

9.1. A **CONTRATADA** prestará garantia correspondente ao percentual de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, podendo, nos termos do parágrafo primeiro, do art. 70, da Lei nº 13.303/2016, optar pelas modalidades relacionadas abaixo:



9.1.1. Caução em dinheiro: deverá ser depositada na Caixa Econômica Federal – **CEF**, em conta específica com correção monetária, em favor da **CBTU**, conforme orientação da gestão do contrato;

9.1.2. Seguro-garantia: a apólice de seguro deverá ser emitida por instituição autorizada pela Superintendência de Seguros Privados – **SUSEP**, a operar no mercado securitário;

9.1.3. Fiança bancária: a Carta de Fiança deverá ser emitida por instituição financeira autorizada pelo Banco Central do Brasil – **BACEN**, a funcionar no Brasil.

9.2. A **CONTRATADA** deverá apresentar à **CBTU** o comprovante de prestação da garantia, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data do protocolo de entrega da via do contrato assinado.

9.2.1. A **CONTRATADA** poderá solicitar por escrito, com as devidas justificativas, antes do término do prazo acima mencionado, a prorrogação do prazo para a apresentação da garantia, por igual período, cujo deferimento ficará a critério da **CBTU**, mediante anuência da gestão do contrato.

9.3. A garantia prestada assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

9.3.1. prejuízos advindos pelo descumprimento do objeto do contrato e/ou do inadimplemento das demais obrigações nele previstas;

9.3.2. prejuízos causados à administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

9.3.3. as multas sancionatórias aplicadas pela **CBTU** à **CONTRATADA**; e

9.3.4. obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias de qualquer natureza não cumpridas pela **CONTRATADA**.

9.4. Não serão aceitas garantias na modalidade seguro-garantia em cujos termos não constem expressamente os eventos indicados nos subitens 9.3.1 a 9.3.4, do item anterior.

9.5. Na hipótese de a garantia se consolidar por meio de seguro-garantia ou fiança bancária, estes deverão ter validade de, no mínimo, 90 (noventa) dias além do vencimento do prazo contratual, quando então o instrumento será devolvido à **CONTRATADA** após a verificação do cumprimento de todas as obrigações contratuais e emissão do Termo de Encerramento do Contrato.

9.6. Quando a garantia se consolidar através de seguro-garantia, a **CONTRATADA** deverá comprovar o pagamento integral do prêmio.

9.6.1. A apólice de seguro deverá prever expressamente a responsabilidade da seguradora por todas e quaisquer multas de caráter sancionatório aplicadas à **CONTRATADA**.

9.7. A **CBTU** oferecerá modelo de Carta de Fiança, onde constará a renúncia expressa do fiador ao benefício de ordem previsto no art. 827, nos termos do inciso I, do art. 828, ambos do Código Civil Brasileiro.

9.7.1. À garantia prestada mediante fiança bancária aplica-se, ainda, as regras previstas nos artigos 835 a 839, do Código Civil Brasileiro.

9.8. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia, previsto no item 9.2 desta Cláusula, acarretará a aplicação de multa de 0,2% (dois décimos por cento) do valor total do contrato, por dia de atraso, até o limite máximo de 5% (cinco por cento).



9.9. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a **CBTU** a promover a rescisão do contrato, por descumprimento ou cumprimento irregular das cláusulas deste contrato, nos termos do art. 68, inciso VII, da Lei nº 13.303/2016 e dos artigos 239 e 240, I, do RILC/CBTU.

9.10. Em caso de alteração do valor contratual, prorrogação do prazo de vigência, utilização total ou parcial da garantia pela **CBTU** ou, ainda, em outras situações que impliquem em perda ou insuficiência da garantia, a **CONTRATADA** deverá providenciar a complementação ou substituição da garantia prestada no prazo determinado pela **CBTU**, observadas as condições originais para aceitação da garantia estipuladas nesta Cláusula.

9.11. O garantidor deverá declarar expressamente que tem plena ciência dos termos do edital e das cláusulas contratuais.

9.12. Será considerada extinta a garantia:

9.12.1. Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento da importância em dinheiro depositada a título de garantia, acompanhada de declaração da **CBTU**;

9.12.2. No prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência, caso a **CBTU** não comunique a ocorrência de sinistros.

9.12.3. Em ambos os casos previstos nos subitens anteriores, deverá ser emitido pela **CBTU** o Termo de Encerramento, cientificando que a **CONTRATADA** cumpriu todas as cláusulas do contrato.

9.13. A **CBTU** não executará a garantia na ocorrência de uma ou mais das seguintes hipóteses:

9.13.1. Caso fortuito ou força maior;

9.13.2. Alteração, sem prévio conhecimento da seguradora ou do fiador;

9.13.3. Descumprimento das obrigações pela **CONTRATADA** decorrentes de atos ou fatos praticados pela **CBTU**;

9.13.4. Atos ilícitos dolosos praticados pelos empregados da **CBTU**.

9.14. Caberá a própria **CBTU** apurar a isenção da responsabilidade prevista nos subitens 9.13.3 e 9.13.4 desta Cláusula, não sendo a entidade garantidora parte no processo instaurado pela **CBTU**.

9.15. Não serão aceitas garantias que incluam outras isenções de responsabilidade que não as previstas no item 9.13 desta Cláusula.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. Além das obrigações constantes das demais cláusulas contratuais, do Termo de Referência e da proposta, partes integrantes deste termo de contrato, independente de transcrição, cabe à **CONTRATADA** o cumprimento das seguintes obrigações:

10.1.1. Manter, durante a vigência deste contrato, todas as condições de habilitação exigidas quando da contratação, devendo proceder com a comprovação sempre que solicitado pela **CBTU**;

10.1.2. Comunicar a imposição de penalidade que acarrete o impedimento de licitar e contratar com a **CBTU**, nos termos da Lei nº 13.303/2016;

10.1.3. Cumprir, dentro dos prazos estipulados, as obrigações contratuais assumidas;



CBTU

Companhia Brasileira de Trens Urbanos

Administração Central

10.1.4. Respeitar as normas e procedimentos internos da **CBTU**, inclusive os relativos ao acesso às dependências da Companhia, visando à perfeita execução do objeto deste contrato, apresentando as informações solicitadas e os documentos comprobatórios do adequado cumprimento das obrigações contratuais.

10.1.5. Organizar, técnica e administrativamente os serviços sob sua responsabilidade, bem como supervisionar, administrar e direcionar as atividades de seus empregados e, em sendo o caso, de seus subcontratados autorizados, responsabilizando-se integralmente por todos os atos e/ou omissões daqueles quanto às técnicas utilizadas na execução dos serviços e ao atendimento das normas e legislações vigentes.

10.1.6. Responsabilizar-se pelo estudo e avaliação das especificações técnicas e documentos fornecidos pela **CBTU**, bem como pela execução e qualidade dos serviços contratados, utilizando-se de pessoal qualificado, equipamentos, materiais e procedimentos técnico-administrativos adequados, cabendo-lhe alertar a **CBTU** sobre falhas técnicas ou quaisquer anormalidades eventualmente encontradas.

10.1.7. Responsabilizar-se pelo transporte do seu pessoal até as dependências da **CBTU**, quando for o caso.

10.1.8. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções decorrentes da execução ou dos materiais empregados.

10.1.9. Responder pela correção e qualidade dos serviços nos termos da proposta apresentada, observadas as normas técnicas, administrativas e éticas aplicáveis.

10.1.10. Responder por todos os danos causados diretamente à **CBTU** ou a terceiros, durante a execução deste contrato, não restando excluída ou reduzida esta pela presença daquela ou acompanhamento da execução pela fiscalização do contrato.

10.1.11. Observar o horário de trabalho estabelecido pela **CBTU**, em conformidade com a legislação trabalhista.

10.1.12. Alocar os recursos materiais e humanos necessários à execução do objeto contratual, assumindo integral e exclusiva responsabilidade sobre todos e quaisquer ônus trabalhistas e previdenciários, bem como os atinentes a seguro com acidentes de trabalho de seus empregados, zelando pela fiel observância da legislação incidente.

10.1.13. Recrutar, selecionar e encaminhar os empregados necessários à realização dos serviços, de acordo com a qualificação mínima exigida no edital e/ou no termo de referência.

10.1.14. Submeter a relação dos empregados e/ou subcontratados que prestarão os serviços objeto deste contrato, previamente, à **CBTU**, podendo esta requerer a substituição daqueles que, a seu juízo, não preencham as condições de idoneidade e de capacidade exigível para os serviços, bem como daqueles que venham a apresentar, dentro das dependências da **CBTU**, comportamento em desacordo com a legislação, normas internas ou RILC/CBTU.

10.1.15. Pagar todos os encargos trabalhistas, fiscais e comerciais, que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre o objeto deste contrato, podendo a CBTU, a qualquer tempo, exigir da **CONTRATADA** a comprovação de sua regularidade.



10.1.16. Permitir vistorias e acompanhamento da execução do objeto contratual pela gestão e/ou fiscalização do contrato.

10.1.17. Providenciar para que não haja qualquer parada ou atraso na execução dos serviços objeto deste contrato e, se por qualquer motivo, ocorrer a indisponibilidade de qualquer serviço ou recurso, se comprometa a buscar os meios necessários ao seu restabelecimento, sem qualquer ônus adicional à **CBTU**.

10.1.18. Não infringir quaisquer direitos autorais, patentes, registros ou propriedade de marcas que tenham relação com o objeto deste contrato, sendo responsável pelos prejuízos, inclusive honorários de advogado, custas e despesas decorrentes de qualquer medida ou processo administrativo ou judicial iniciado em face da **CBTU**, por acusação desta natureza.

10.1.19. Designar um preposto como responsável pelo contrato para ser o interlocutor da **CONTRATADA** perante a **CBTU**, podendo, eventualmente, participar de reuniões, devendo zelar pelo fiel cumprimento das obrigações previstas neste instrumento.

10.1.20. Cuidar para que o preposto indicado mantenha permanente contato com a unidade responsável pela fiscalização do contrato e adote as providências requeridas relativas à execução dos serviços pelos empregados, assim como comande, coordene e controle a execução dos serviços contratados.

10.1.21. A inadimplência da **CONTRATADA**, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais, não transfere a responsabilidade por seu pagamento à **CBTU**, nem poderá onerar o objeto deste contrato.

10.2. É expressamente vedada à **CONTRATADA**:

10.2.1. a veiculação de publicidade acerca deste contrato, salvo se houver prévia autorização da **CBTU**.

10.3. A **CONTRATADA** deverá observar, integralmente, durante toda a execução deste instrumento, os dispositivos previstos no Código de Ética, no Código de Conduta e Integridade e na Política de Transações com Partes Relacionadas, todos elaborados pela **CBTU**, conforme previsto nos itens 2.6 e 2.7, da Cláusula Segunda deste Contrato.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – OBRIGAÇÕES DA CBTU

11.1. Além das obrigações constantes das demais cláusulas contratuais, do termo de referência e da proposta, partes integrantes deste termo de contrato, independente de transcrição, caberá à **CBTU**, ainda o cumprimento das seguintes obrigações:

11.1.1. Garantir o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, a fim de manter as condições efetivas da proposta, conforme previsão do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal.

11.1.1.1. Em havendo alteração deste contrato que aumente os encargos da **CONTRATADA**, a **CBTU** deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

11.1.2. Fornecer todas as informações, esclarecimentos e documentos necessários à **CONTRATADA** para a perfeita execução dos serviços;

11.1.3. Exercer, através do gestor e do fiscal, ampla fiscalização e acompanhamento durante a execução dos serviços objeto deste contrato;



- 11.1.4. Realizar o recebimento do objeto contratual, quando o mesmo estiver em conformidade com as especificações constantes deste contrato e do termo de referência;
- 11.1.5. Efetuar os pagamentos devidos à **CONTRATADA** pelos serviços prestados, nas condições estabelecidas neste contrato;
- 11.1.6. Indicar os empregados para a gestão e fiscalização do contrato;
- 11.1.7. Fornecer condições adequadas para instalação dos equipamentos, quando for o caso;
- 11.1.8. Entregar desimpedida e desembaraçada a área indispensável à execução dos serviços para a **CONTRATADA**, quando for o caso;
- 11.1.9. Providenciar o acesso da **CONTRATADA** aos locais onde serão realizados os serviços, quando for o caso;
- 11.1.10. Permitir o acesso dos empregados da **CONTRATADA** às suas dependências para a execução dos serviços, quando for o caso;
- 11.1.11. Observar o cumprimento dos requisitos de qualificação profissional exigidos no edital e no termo de referência, solicitando à **CONTRATADA** as substituições e os treinamentos que se verificarem necessários;
- 11.1.12. Comunicar, sempre por escrito e em tempo hábil, à **CONTRATADA**, quaisquer instruções e/ou procedimentos a serem adotados em relação aos serviços contratados;
- 11.1.13. Aplicar à **CONTRATADA** as penalidades contratuais e legais cabíveis, mediante procedimento administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa; e
- 11.1.14. Expedir após vencido o prazo do Contrato, Termo de Quitação Recíproca, a ser assinado pelas partes, desde que não existam pendências físicas e/ou financeiras no Contrato.

11.2. A **CBTU** deverá disponibilizar à **CONTRATADA**, através do gestor deste contrato, seu Código de Ética, seu Código de Conduta e Integridade e sua Política de Transações com Partes Relacionadas, em meio eletrônico e/ou físico.

11.3. Pagar à **CONTRATADA** as importâncias devidas pelos serviços prestados, observados o disposto nas cláusulas deste contrato, Edital, Termo de Referência e Proposta independente de transcrição.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – TRIBUTOS

12.1. Atribui-se à **CONTRATADA** a responsabilidade pelo pagamento de quaisquer tributos existentes à data da assinatura do Contrato, seja obrigação acessória ou principal e cuja incidência decorra, direta ou indiretamente, do negócio jurídico aqui formulado, bem como seguros e licenças exigidas pelo Poder Público.

12.2. A inadimplência da **CONTRATADA** com referência aos encargos mencionados no item anterior, não transfere à **CBTU** a responsabilidade pelo seu pagamento, nem poderá onerar o objeto deste Contrato ou restringir a regularização e a prestação dos serviços.

12.3. Em caso de alteração das alíquotas dos tributos ou instituição de novos a partir da data da apresentação da proposta que venham a incidir diretamente nos preços dos serviços objeto do Contrato, estes preços poderão ser alterados desde que comprovado por meio de documento hábil a ser apresentado pela **CONTRATADA** tão logo sejam oficialmente publicados.



12.4. O disposto no item anterior não se aplica se qualquer dos eventos acima resultar de mora imputável à **CONTRATADA**.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – EXONERAÇÃO DE RESPONSABILIDADES

13.1. As partes não são responsáveis pelo inadimplemento que resultar de casos fortuitos ou de força maior previsto no artigo 393 do Código Civil Brasileiro.

13.2. A parte cuja obrigação for impedida ou retardada por qualquer dos fatos ou atos acima mencionados, deverá, imediatamente, comunicar e provar a ocorrência, expondo as razões pelas quais está compelida a retardar a execução do pactuado.

13.3. Cessando o impedimento, aplica-se, se for o caso, o disposto nos itens 4.3 e 4.4 da Cláusula Quarta.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

14.1. Cada uma das partes designará gestor e fiscal, mediante troca de correspondência no prazo de 10 (dez) dias contados da assinatura do presente contrato, sendo suas deliberações suficientes para o cumprimento das obrigações dos cronogramas físico e financeiro do contrato. Tais documentos serão havidos como parte integrante e complementar do presente contrato.

14.2. A fiscalização e a supervisão do Contrato ficarão a cargo da **CBTU**, que, entre outras atribuições que lhe são próprias, terá o encargo de acompanhar a execução dos serviços e sua conformidade com as disposições contratuais, apontando os atrasos e fatos ocorridos durante a execução dos serviços passíveis de sanções.

14.2.1. As atividades de fiscalização deverão observar as regras estabelecidas neste contrato, no Termo de Referência, na proposta da **CONTRATADA**, e no Estudo Técnico Preliminar constante no processo, bem como a legislação aplicável e as normas internas específicas da CBTU, em especial o RILC/CBTU e a Resolução do Diretor de Administração e Finanças nº 031-09, de 20 de fevereiro de 2009, ou outra que venha a substituí-la.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA ACEITAÇÃO E RECEBIMENTO DO OBJETO

15.1. O recebimento do objeto contratual será feito pela **CBTU**, após verificação da sua perfeita execução, da seguinte forma:

15.1.1. Provisoriamente, pelo responsável pelo seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita da **CONTRATADA**;

15.1.2. Definitivamente, pelo gestor do contrato ou comissão especialmente designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, prazo este que será de, no máximo, 90 (noventa) dias, contados do recebimento provisório.

15.2. Nos casos em que dispensado o recebimento provisório, previstos no art. 226, do RILC/CBTU, o recebimento se dará definitivamente, pelo gestor do contrato, uma vez verificado que o objeto contratual está em conformidade com as exigências do contrato, do termo de referência e da proposta apresentada pela **CONTRATADA**.

15.2.1. Na hipótese desse item, o recebimento será feito mediante recibo.



15.3. O objeto não será recebido se executado em desacordo com o contrato, o termo de referência e/ou a proposta apresentada pela **CONTRATADA**, sujeitando-a, neste caso às penalidades previstas neste contrato e no RILC/CBTU.

15.4. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil, principalmente quanto a solidez e segurança do serviço, nem ético profissional pela perfeita execução nos limites estabelecidos pelo Código Civil Brasileiro e por este contrato.

15.5. Nos casos devidamente justificados, os prazos para recebimento provisório e definitivo poderão ser prorrogados mediante autorização da autoridade competente, formalizada através de Termo Aditivo, desde que celebrado anteriormente ao término da vigência contratual.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – SUBCONTRATAÇÃO

16.1. A **CONTRATADA**, desde que autorizada prévia, formal e expressamente pela **CBTU**, poderá subcontratar partes do objeto contratual, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento).

16.2. A subcontratada deverá atender, em relação ao objeto da subcontratado, as mesmas exigências de habilitação, em especial as de qualificação técnica, exigidas da **CONTRATADA** no processo de contratação.

16.3. A subcontratação sem a autorização da **CBTU** a que se refere o item 16.1 desta Clausula ou em desacordo com o estabelecido no art. 78, § 2º, da Lei 13.303/2016 e no art. 224, § 2º, do RILC/CBTU, caracteriza-se como inadimplemento contratual, ensejando a **CONTRATADA** as sanções previstas neste contrato.

16.4. A **CONTRATADA** é responsável por quaisquer atos e/ou omissões praticados pela subcontratada, em decorrência da execução do objeto deste contrato.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – SIGILO

17.1. A **CONTRATADA** se compromete a manter sigilo relativamente aos dados, materiais, documentos e informações de natureza sigilosa que venha a ter acesso em decorrência da execução deste contrato, responsabilizando-se pela orientação de seus empregados acerca desta Cláusula e respondendo, em caso de descumprimento da mesma, na forma da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 e demais normas aplicáveis.

17.2 A **CONTRATADA** se obriga por si e por seus empregados, prepostos e/ou colaboradores a manter a confidencialidade e sigilo relativo a qualquer informação obtida em razão do presente contrato. A **CONTRATADA** reconhece que tanto este contrato como todos os documentos, dados e informações dele decorrentes constituem dados e elementos confidenciais reservados, que só poderão ser revelados a terceiros com o prévio consentimento por escrito da **CONTRATANTE** ou em consequência de imposição legal. A obrigação de sigilo perdurará na vigência do Contrato e 5 (cinco) anos após o seu término. A **CONTRATADA** assume também total responsabilidade por quebra de sigilo realizada por seu empregado, preposto e/ou colaborador.

17.3 A **CONTRATADA** obriga-se a cientificar expressamente seus empregados, prepostos, contratados e/ou terceiros a ela relacionados sobre o caráter sigiloso das informações, tomando todas as medidas necessárias para que as mesmas sejam divulgadas tão somente aos empregados, prepostos, contratados e/ou terceiros a ela relacionados que necessitam ter acesso a elas, para propósitos deste Contrato.



17.4 A não-observância de quaisquer das disposições de confidencialidade estabelecidas neste instrumento, sujeitará à **CONTRATADA**, como também ao agente causador ou facilitador, por ação ou omissão de qualquer daqueles relacionados deste contrato, ao pagamento, ou recomposição, de todas as perdas e danos, bem como as de responsabilidade civil e criminal respectivas, bem a como a multa contratual de até 10% (dez por cento) do valor inicial do contrato.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – CESSÃO DO CONTRATO

18.1. Fica vedado à **CONTRATADA** transferir ou ceder, a qualquer título, os direitos e obrigações assumidos nesse contrato, bem como caucioná-lo ou utilizá-lo para qualquer operação financeira.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DIREITOS PATRIMONIAIS E AUTORAIS

19.1. Os direitos patrimoniais e autorais de projetos ou serviços técnicos especializados desenvolvidos por profissionais autônomos ou por empresas contratadas decorrentes da execução deste contrato passam a ser propriedade da **CBTU**, sem prejuízo da preservação da identificação dos respectivos autores e da responsabilidade técnica a eles atribuída.

19.1.1. A **CONTRATADA** fica proibida de comercializar os produtos gerados, relativos à prestação dos serviços de que trata o objeto deste Contrato.

20. CLÁUSULA VIGÉSIMA - CONTA VINCULADA

20. A **CBTU** depositará, mensalmente, em conta vinculada específica, os valores provisionados para o pagamento das férias, 13º (décimo terceiro) salário e verbas rescisórias aos trabalhadores envolvidos na execução do contrato, em consonância com o disposto no art. 18, c/c as regras constantes do anexo XII, ambos da Instrução Normativa SLTU/MPOG nº 05/2017, os quais somente serão liberados para o pagamento direto dessas verbas aos trabalhadores, nas seguintes condições:

20.1.1. Parcial e anualmente, pelo valor correspondente aos 13º salários, quando devidos;

20.1.2. Parcialmente, pelo valor correspondente aos 1/3 de férias, quando dos gozos de férias dos empregados vinculados ao contrato;

20.1.3. Parcialmente, pelo valor correspondente aos 13 salários proporcionais, férias proporcionais e a indenização compensatória porventura devida sobre o FGTS, quando da demissão de empregado vinculado ao contrato; e

20.1.4. Ao final da vigência do contrato, para o pagamento das verbas rescisórias. 20.2. As provisões para o pagamento dos encargos trabalhistas serão destacadas do valor mensal do contrato e depositadas em conta vinculada, aberta em nome da **CONTRATADA**, junto a instituição bancária, bloqueada para movimentação.

20.3. A movimentação da conta vinculada se dará mediante autorização expressa pela **CBTU**, exclusivamente para o pagamento dessas obrigações.

20.4. A **CONTRATADA** poderá solicitar à autorização da **CBTU** para utilizar os valores da conta vinculada para o pagamento de eventuais indenizações trabalhistas dos empregados ocorridas durante a vigência do contrato.

20.5. Para a liberação dos recursos da conta vinculada, para o pagamento de eventuais indenizações trabalhistas dos empregados ocorridas durante a vigência do contrato, a **CONTRATADA** deverá apresentar à **CBTU** os documentos comprobatórios da ocorrência das obrigações trabalhistas e seus respectivos prazos de vencimento.



20.6. A **CBTU** expedirá, após a confirmação da ocorrência da indenização trabalhista e a conferência dos cálculos, a autorização para a movimentação, dirigida a instituição financeira oficial no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios da empresa.

20.7. A **CONTRATADA** deverá apresentar à **CBTU**, no prazo máximo de 3 (três) dias corridos, o comprovante das transferências bancárias porventura realizadas para a quitação das obrigações trabalhistas.

20.8. O saldo remanescente da conta vinculada será liberado à **CONTRATADA**, no momento do encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado.

21. CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – ALTERAÇÃO CONTRATUAL

21.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 81, da Lei nº 13.303/2016.

21.2. As alterações contratuais serão formalizadas através de Termo Aditivo.

21.3. A celebração de aditamentos contratuais deverá ser precedida de acordo entre as partes e atenderá às regras dispostas nos artigos 232 e 234, do RILC/CBTU.

21.4. Nenhum acréscimo poderá exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, facultada a supressão acima deste limite, observada, em ambos os casos, a necessidade de acordo prévio entre as partes.

22. CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

22.1. São situações ensejadoras da aplicação de sanções à **CONTRATADA**, o atraso injustificado na execução deste contrato (mora) e/ou a sua inexecução total ou parcial.

22.2. O atraso injustificado na execução deste contrato sujeita a **CONTRATADA** à multa de mora, nos termos do art. 82, da Lei nº 13.303/2016.

22.2.1. A multa moratória será de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre a parcela inadimplida, até o limite de 10% (dez por cento).

22.2.2. A multa a que alude este item não impede que a **CBTU** rescinda e/ou aplique as outras sanções previstas neste contrato.

22.3. A inexecução total ou parcial deste contrato sujeita a **CONTRATADA** às seguintes sanções, desde que observado o devido processo administrativo sancionador, garantidos o contraditório e a ampla defesa:

22.3.1. Advertência;

22.3.2. Multa, limitada a 10% (dez por cento) sobre o valor do saldo remanescente do contrato, no caso de sua inexecução parcial;

22.3.3. Multa, limitada a 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato, no caso de sua inexecução total; e



22.3.4. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com toda a **CBTU**, incluindo a Administração Central e as Superintendências de Trens Urbanos, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

22.4. A multa aplicada será compensada com eventuais créditos em favor da **CONTRATADA** decorrentes da execução deste Contrato, observadas as disposições dos artigos 368 e seguintes do Código Civil de 2002.

22.5. Caso não seja possível a utilização da regra prevista no item anterior, a multa será executada na seguinte ordem:

22.5.1. Mediante cobrança administrativa, através do envio, pelo gestor do contrato, de Guia de Recolhimento da União – GRU, à **CONTRATADA**, para pagamento no prazo definido pela autoridade competente;

22.5.2. Mediante desconto da garantia de execução, caso prevista;

22.5.3. Mediante descontos dos pagamentos eventualmente devidos pela CBTU, caso a multa seja de valor superior ao valor da garantia prestada, sem prejuízo da perda desta; ou

22.5.4. Mediante processo de execução, valendo o presente contrato como título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 784, inciso III, do Novo Código Processual Civil.

22.6. A suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a **CBTU** poderá ser aplicada à **CONTRATADA** nas hipóteses previstas pelo art. 245, do RILC/CBTU.

22.7. As sanções previstas nesta Cláusula poderão também ser aplicadas às empresas ou aos profissionais que, em razão deste contrato:

22.7.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

22.7.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação; ou

22.7.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a **CBTU**, em virtude de atos ilícitos praticados.

22.8. O processo administrativo sancionador observará o disposto nos artigos 247 e 248, do RILC/CBTU.

22.9. Aplicam-se a este contrato as normas de direito penal previstas no Capítulo II-B do Título XI da Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal).

23. CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – EXTINÇÃO E RESCISÃO

23.1. Este contrato será extinto:

23.1.1. Pela completa execução do seu objeto ou pelo advento de termo ou condição nele prevista;

23.1.2. Pelo término do seu prazo de vigência;

23.1.3. Pela sua rescisão.

23.2. A rescisão deste contrato poderá ser:



23.2.1. Por ato unilateral de qualquer das partes, precedido de comunicação escrita e fundamentada da parte interessada a ser enviada a outra parte com antecedência mínima de 30 (trinta) dias;

23.2.1.1. Na hipótese de serviços continuados de caráter essencial, o prazo a que alude o subitem acima não poderá ser inferior a 90 (noventa) dias.

23.2.2. Amigável, por acordo entre as partes reduzida a termo de distrato, desde que haja conveniência para a **CBTU**;

23.2.3. Pela via judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.

23.3. Além das hipóteses acima, constituem motivos para a rescisão deste contrato as hipóteses previstas no art. 240, do RILC/CBTU, sendo dispensável observar o prazo previsto no subitem 23.2.1 desta Cláusula.

23.4. Quando a rescisão deste contrato ocorrer sem que haja culpa da outra parte contratante, será esta ressarcida dos prejuízos que houver sofrido, desde que regularmente comprovados.

23.5. A rescisão deste contrato será devidamente publicada no Diário Oficial da União.

24. CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – RECURSO ADMINISTRATIVO

24.1. Das penalidades aplicadas em decorrência deste contrato caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data da intimação ou da ciência do ato.

24.1.1. A fase recursal obedecerá ao disposto nos capítulos III e IV, do Título IV, do RILC/CBTU.

25. CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – COMUNICAÇÃO ENTRE AS PARTES

25.1. Fica estabelecido que quaisquer avisos e/ou comunicações entre as partes serão efetuados por escrito e dirigidos para os seguintes endereços:

25.1.1. COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS – CBTU:

25.1.1.1. Endereço: SBN (Setor Bancário Norte) Quadra 01, Edifício CNC, 9º ao 13º andar – CEP 70041-902 – Brasília/DF

25.1.1.2. Correio Eletrônico:

25.1.1.3. Telefone: (61) 2107-8320

25.1.2. Empresa: INSPETORIA SÃO JOÃO BOSCO

25.1.2.1. Endereço: SGAS Quadra 702 Conjunto B, Asa Sul, Brasília/DF

CEP: 70.330-700

25.1.2.2. Correio Eletrônico: cesamdf@salesiano.br

25.1.2.3. Telefone: (61) 3379-9200

26. CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA – ANEXOS

26.1. Integram este contrato, independente de transcrição, os seguintes documentos:

25.1.1. ANEXO I – Termo de Referência;



25.1.2. ANEXO II – Proposta de Preços da **CONTRATADA**, datada de 28/09/2023;

25.1.3. Processo de Dispensa de Licitação nº 017/2023-GALIC/P; e

25.1.4. O Regulamento Interno de Licitações, Contratações Diretas, Contratos e Convênios, da CBTU – RILC/CBTU, disponível em: https://www.cbtu.gov.br/images/licitacoes/rilc_cbtu.pdf

25.2. Em caso de divergência entre as disposições do presente Contrato e as dos documentos referidos nesta Cláusula prevalecerão a do Termo de Referência.

27. CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA – PROTEÇÃO DE DADOS

27.1 As partes se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, nos termos da Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD (Lei n. 13.709, de 14 de agosto de 2018).

27.2 O tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos artigos 7º, 11 e/ou 14 da Lei 13.709/2018 às quais se submeterão os serviços, e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular.

27.3 A **CONTRATADA** obriga-se ao dever de proteção, confidencialidade, sigilo de toda informação, dados pessoais e base de dados a que tiver acesso, nos termos da LGPD, suas alterações e regulamentações posteriores, durante o cumprimento do objeto descrito no instrumento contratual.

27.4 A **CONTRATADA** não poderá se utilizar de informação, dados pessoais ou base de dados a que tenham acesso, para fins distintos da execução dos serviços especificados no instrumento contratual.

27.5 Em caso de necessidade de coleta de dados pessoais dos titulares mediante consentimento, indispensáveis à própria prestação do serviço, esta será realizada após prévia aprovação da **CBTU**, responsabilizando-se a **CONTRATADA** pela obtenção e gestão.

27.6 A **CONTRATADA** obriga-se a implementar medidas técnicas e administrativas aptas a promover a segurança, a proteção, a confidencialidade e o sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados que tenha acesso, a fim de evitar acessos não autorizados, acidentes, vazamentos acidentais ou ilícitos que causem destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer outra forma de tratamento inadequado ou ilícito; tudo isso de forma a reduzir o risco ao qual o objeto do contrato ou a **CBTU** está exposto.

27.7 A **CONTRATADA** ficará obrigada a assumir total responsabilidade pelos danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos que venham a ser causados em razão do descumprimento de suas obrigações legais no processo de tratamento dos dados compartilhados pela **CBTU** e será aplicado as sanções administrativas disposto na Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD (Lei n. 13.709, de 14 de agosto de 2018).

28. CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA – PUBLICAÇÃO

28.1. Incumbirá à **CBTU** providenciar a publicação do extrato deste Contrato no Diário Oficial da União, até o último dia útil do mês subsequente ao de sua celebração.

28.1.1. No mesmo prazo estipulado no item será disponibilizada a integralidade deste contrato no sítio eletrônico da **CBTU** na *internet*.



29. CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA – DISPOSIÇÕES GERAIS

29.1 Fica desde já convencionado que terão pleno vigor e produzirão seus devidos e legais direitos, todos os documentos e correspondências trocadas entre as partes, na vigência do presente Contrato, desde que devidamente assinados e rubricados pelos representantes legais das empresas, munidos legalmente de poderes para a representação, ressalvando que tais documentos não implicarão necessariamente a modificação do presente Instrumento, a qual só se efetivará mediante celebração de aditivo, rerratificação ou anexos.

29.2. Este contrato obriga as partes e seus sucessores a qualquer título, constituindo-se em título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 784, inciso III do Código do Processo Civil.

29.3. Todas as comunicações e notificações relativas ao contrato serão efetuadas por escrito e consideradas entregues desde que comprovadamente recebidas pelo destinatário ou seu representante legal, não importando o meio utilizado, ou ainda, aquelas efetivamente entregues aquelas enviadas aos endereços constantes do preâmbulo deste contrato.

29.4. Na execução do presente Contrato é vedado à **CONTRATANTE** e à **CONTRATADA** e/ou a empregado seu, e/ou a preposto seu, e/ou a gestor seu:

29.4.1. prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público ou a quem quer que seja, ou a terceira pessoa a ele relacionada;

29.4.2. criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para celebrar o presente Contrato;

29.4.3. obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações do presente Contrato, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais;

29.4.4 manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro do presente Contrato;

29.4.5 de qualquer maneira fraudar o presente Contrato; assim como realizar quaisquer ações ou omissões que constituam prática ilegal ou de corrupção, nos termos da Lei nº 12.846/2013 (conforme alterada), do Decreto nº 8.420/2015 (conforme alterado), do *U.S. Foreign Corrupt Practices Act* de 1977 (conforme alterado) ou de quaisquer outras leis ou regulamentos aplicáveis (“Leis Anticorrupção”), ainda que não relacionadas com o presente Contrato.

29.5. A omissão de qualquer das partes quanto ao exercício de quaisquer direitos ou prerrogativas previstas neste Contrato, apenas caracterizará simples tolerância, não acarretando nem significando renúncia ao exercício daqueles direitos ou prerrogativas, nem novação.

30. CLÁUSULA TRIGÉSIMA – CASOS OMISSOS

30.1. Os casos omissos que porventura surgirem quando da execução do objeto contratual ou da interpretação das Cláusulas deste contrato serão decididos pela **CBTU**, segundo as disposições contidas na Lei nº 13.303/2016 e no RILC/CBTU, bem como dos preceitos de direito privado.

31. CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - FORO

31.1. As partes contratantes elegem o foro da Seção Judiciária de Brasília– Justiça Federal, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir qualquer questão oriunda deste Contrato.

**CBTU**

Companhia Brasileira de Trens Urbanos

Administração Central

31.2 As Partes declaram ciência e expressam concordância que o presente instrumento poderá ser assinado por meio digital, eletrônico ou manuscrito, ou ainda de maneira mista, podendo, neste último caso, ser utilizada duas formas de assinaturas diferentes a critério das Partes, sendo que as declarações constantes deste Contrato, assinado por quaisquer dos meios acima elegidos, inclusive a forma mista, presumir-se-ão verdadeiros em relação às Partes contratantes, nos termos dispostos nos artigos 219 e 225 da Lei nº 10.406/02 (Código Civil Brasileiro), bem como ao exposto na Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no que for aplicável.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam e rubricam o presente contrato em 2 (duas) vias de igual teor e forma, por si, seus herdeiros e ou sucessores, na presença das testemunhas abaixo.

Brasília, 26 de dezembro de 2023.

COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS – CBTU

Assinado de forma digital por
JOSE MARQUES DE
LIMA: [REDACTED]
Dados: 2023.12.21 12:42:08
-03'00'

José Marques de Lima
Diretor-Presidente

Assinado de forma digital por ADRIANA
FONSECA LINS: [REDACTED]
Dados: 2023.12.21 13:51:59 -03'00'

Adriana Fonseca Lins
Diretora de Administração e Finanças

INSPETORIA SÃO JOÃO BOSCO - CESAM:

Assinado de forma digital por
MOACIR JOSE SCARI: [REDACTED]
Dados: 2023.12.18 14:13:24 -03'00'

Moacir Jose Scari
Representante legal da Contratada

Testemunhas:

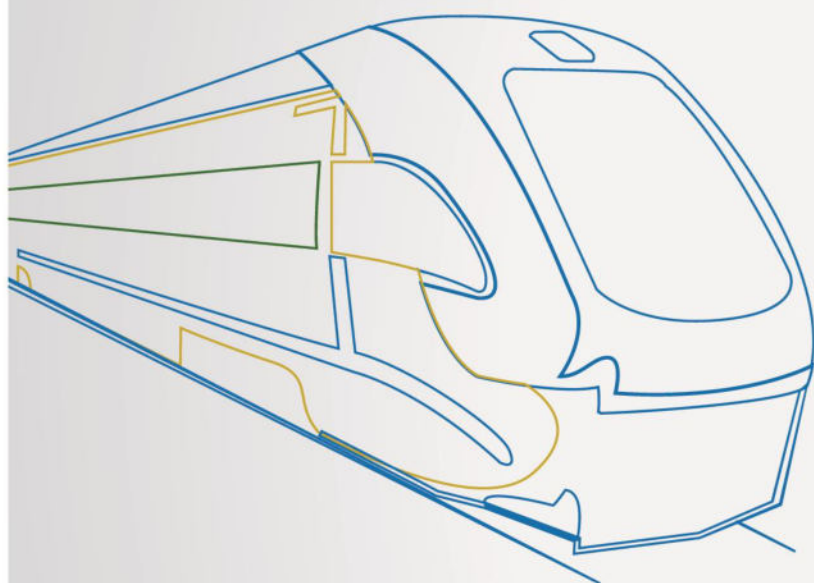
Adriana Bressanin
Assinado de forma digital
por Adriana Bressanin
Dados: 2023.12.26
14:10:44 -03'00'

1 - _____
CPF: [REDACTED]

Documento assinado digitalmente
gov.br GUILHERME AUGUSTO DA SILVA LEMOS
Data: 26/12/2023 14:20:33-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

2 - _____
CPF: [REDACTED]

TERMO DE REFERÊNCIA



CBTU - COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS

ANEXO I



TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

Contratação de instituição capacitadora para operacionalização do Projeto Jovem Aprendiz com atividades práticas do programa por meio de formação técnico-profissional metódica, visando o desenvolvimento de atividades conjuntas que propiciem a formação e promoção da integração do Aprendiz ao mundo do trabalho, em conformidade com os parâmetros estabelecidos na legislação trabalhista nos termos dos artigos 428 a 433 da CLT e de acordo com o disposto na Lei Federal nº 10.097 de 19 de dezembro de 2000, a fim de atender 09 jovens, no âmbito da Administração Central – Brasília.

2. JUSTIFICATIVA

A CBTU, por meio da Gerência Técnica de Desenvolvimento de Recursos Humanos - GEDES, distribui este Termo de Referência a fim de contratar empresa especializada na prestação de serviços de empregabilidade e capacitação de Jovens Aprendizes. O programa de aprendizagem é regulamentado pela Lei nº 10.097/2000 e Decreto nº 9579/2018.

A cota de Aprendizes está fixada entre 5%, no mínimo, e 15%, no máximo, por estabelecimento, calculada sobre o total de empregados cujas funções demandem formação profissional, sendo definidas pela Classificação Brasileira de Ocupações (CBO).

Art. 429. Os estabelecimentos de qualquer natureza são obrigados a empregar e matricular nos cursos dos Serviços Nacionais de Aprendizagem número de aprendizes equivalente a cinco por cento, no mínimo, e quinze por cento, no máximo, dos trabalhadores existentes em cada estabelecimento, cujas funções demandem formação profissional. (Redação dada pela Lei nº 10.097, de 19.12.2000).

A regulamentação da lei, por meio do Decreto nº 9.579, de 22 de novembro de 2018, atualizado pelo nº 11.061, de 04 de maio de 2022, tem proporcionado avanços na ação para contratação de jovens aprendizes. Uma delas é a permissão das empresas estatais poderem contratar aprendizes por meio de processo seletivo simples, mediante edital, ou, indiretamente, por meio de entidades sem fins lucrativos.

Destaque-se que a CBTU — Companhia Brasileira de Trens Urbanos, Empresa Pública, vinculada ao Ministério do Desenvolvimento das Cidades, comprometida com as normas éticas, dará sempre preferência à serviços prestados por Instituições que respeitem a pessoa humana, observem e mantenham a integridade de seus valores.

3. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1. Processo Seletivo

Processo seletivo dos candidatos através de recrutamento e entrevista individual, levando em consideração a adequação do perfil do candidato aos objetivos propostos pelo Programa. Serão encaminhados, ao término do processo, três candidatos por vaga para seleção final na CBTU.

3.2. Contratação do Jovem Aprendiz

Assegurar ao Jovem Aprendiz os direitos e benefícios previstos nos artigos da CLT que tratam do contrato de aprendiz, a saber:

- Contrato de aprendiz com duração máxima de 30 (trinta) meses com previsão no Programa de atividades teóricas e práticas, atendendo a legislação na modalidade ARCO Ocupacional Administrativo;
- Registro e anotação na Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS);
- Garantia do Salário Mínimo - Hora;
- Férias coincidentes com um dos períodos das férias escolares do ensino regular para o aprendiz na faixa etária de 14 a 24 anos;
- Benefícios: vale-transporte, vale-refeição e seguro de vida;
- Exames admissionais, periódicos e demissionais;

3.3. Capacitação

A formação técnico-profissional do Jovem Aprendiz obedecerá aos princípios da garantia de acesso e frequência obrigatória no ensino fundamental; horário especial para o exercício das atividades; e capacitação profissional adequada ao mercado de trabalho. Ao Aprendiz com idade inferior a dezoito anos é assegurado o respeito à sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.

4. LOCAL DE REALIZAÇÃO DO PROGRAMA

O Programa de Aprendizagem será realizado nas dependências da Administração Central da CBTU — Brasília, em setores cujas atividades sejam estritamente administrativas.

5. JORNADA

O Aprendiz deverá cumprir jornada de 4 (quatro) horas diárias no turno da manhã ou no turno da tarde, de segunda a sexta-feira, em compatibilidade com seu horário escolar e a necessidade da CBTU, computadas as horas destinadas às atividades teóricas (capacitação).

6. REMUNERAÇÃO DO APRENDIZ

- Salário mínimo-hora vigente deduzindo-se os dias de faltas não justificadas;
- Repouso remunerado;
- Vale transporte de acordo com a Lei 7.418, de 16/12/1985;
- Vale-refeição no valor de R\$ 12,00.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. Obter da CONTRATANTE a quantificação das vagas de Aprendiz possíveis de serem concedidas, conforme determinação da Secretaria Regional do Trabalho - SRT;

7.2. Efetuar a contratação do Aprendiz conforme legislação vigente e assumir a condição de empregador no contrato de aprendizagem, arcando com salários, encargos tributários, trabalhistas e indenizações relativas aos aprendizes contratados, encaminhando cópia da documentação a CONTRATANTE;

7.3. Assinar a carteira de trabalho do Aprendiz, anotando no espaço destinado às anotações gerais que a assinatura da CTPS decorre de contrato/convênio firmado com a CONTRATANTE para efeito do cumprimento da cota de aprendizes;

- 7.4. Assegurar ao Aprendiz todos os direitos trabalhistas e previdenciários compatíveis com o contrato de aprendizagem;
- 7.5. Fazer o controle da frequência mensal dos Aprendizes com a finalidade de pagamento dos dias trabalhados;
- 7.6. Gerenciar a folha de pagamento;
- 7.7. Encaminhar à CONTRATANTE planilha de pagamento mensal com os respectivos valores detalhados a serem pagos aos aprendizes;
- 7.8. Encaminhar mensalmente à CONTRATANTE documento fiscal para possibilitar os pagamentos das taxas administrativas referentes aos aprendizes contratados;
- 7.9. Efetuar o pagamento da remuneração do Aprendiz no prazo previsto pela legislação trabalhista, independentemente do repasse financeiro ter sido feito pela CONTRATANTE;
- 7.10. Garantir a validade do contrato de aprendizagem, o que pressupõe o controle de matrícula e frequência do aprendiz à escola, caso não haja concluído o ensino fundamental, e matrícula e frequência em programa de aprendizagem desenvolvido sob a orientação de entidade qualificada em formação técnico-profissional metódica;
- 7.11. Orientar e acompanhar o Aprendiz em suas atividades profissionais e escolares, através do orientador, visitas ao local de trabalho e reuniões periódicas;
- 7.12. Ministrar curso de capacitação, mediante aulas presenciais, palestras, seminários e orientações gerais possibilitando ao Aprendiz atuar com qualidade e responsabilidade nos setores administrativos, contábil, financeiro e de recursos humanos da CONTRATADA;
- 7.13. Fornecer certificado de qualificação profissional ao aprendiz que tiver concluído com aproveitamento o curso de aprendizagem (art. 430, parágrafo 2º da CLT);
- 7.14. Promover atividades culturais e de lazer visando ao desenvolvimento pessoal e integração social do adolescente e do jovem;
- 7.15. Providenciar a realização dos exames médicos (admissional, periódico e demissional) do Aprendiz, com emissão de atestado de saúde ocupacional para a CONTRATANTE;

7.16. Incluir cada Aprendiz contratado na cobertura do seguro de vida contra acidentes pessoais, proporcionada pela apólice mantida e a cargo da CONTRATADA, bem como, entregar a cada um o seu respectivo certificado individual de seguro, devendo ser remetida cópia da Apólice de Seguro para a CONTRATANTE;

7.17. Atender e orientar o Aprendiz acidentado e/ou a sua família no sentido de preparar o processo de reembolso de despesas e ou do recebimento do seguro, em caso de acidente, com invalidez total ou parcial, temporária ou permanente e em caso de morte;

7.18. Tomar todas as providências pertinentes nas ocorrências de prorrogação, alteração ou rescisão dos termos de compromisso de aprendizagem, bem como substituição de aprendiz;

7.19. Manter, durante a execução do contrato, a compatibilidade com as obrigações assumidas e todas as condições de habilitação e qualificação exigidas;

7.20 Encaminhar à CONTRATANTE, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, relação nominal dos aprendizes que serão desligados do programa por término de contrato.

7.21. Organizar e manter em arquivo toda a documentação relativa a cada aprendiz, bem como fornecer documentação necessária aos Aprendizes e à CONTRATANTE, quando solicitada (declarações, certificados, relação atualizada dos aprendizes com nome, telefone e endereço etc.);

7.22. Fornecer mensalmente relação nominal dos aprendizes com data de início e término do contrato, número da carteira de trabalho, remuneração recebida, ocorrência do mês (faltas, licenças), conteúdo programático do programa de aprendizagem referente ao mês em questão;

7.23. Manter o necessário contato com as diversas áreas da CONTRATANTE, diretamente envolvidas com a execução do programa, com o fim de prestar orientações, fornecer subsídios e intercambiar experiências que possam ou venham a contribuir para o desejável e contínuo aprimoramento do trabalho conjunto preconizado no item 1 deste instrumento;

7.24. Fornecer uniforme ao Aprendiz sendo, 2 (duas) camisas a cada seis meses com identificação do Programa e logotipo da CBTU;

7.25. A CONTRATADA deverá apresentar a Garantia de Execução, equivalente a 2% (dois por cento) do valor total atualizado do contrato, quando da assinatura do Contrato.

7.26. A entidade formadora deve possuir em seu quadro profissional, equipe formada por psicólogo, pedagogo e assistente social que promovam atividades socioeducativas e de acompanhamento das atividades práticas e teóricas dos jovens durante o programa de aprendizagem, e, deve ainda, oferecer aconselhamento aos tutores e visitas técnicas para suporte à CONTRATANTE.

8. OBRIGAÇÕES DA CBTU

8.1. Identificar, quantificar e formalizar as vagas de Jovem Aprendiz a serem concedidas, conforme as condições e os requisitos pré-ajustados;

8.2. Fornecer à CONTRATADA, com a necessária antecedência, o plano de distribuição/alocação das vagas do programa de aprendizagem em relação às suas diversas dependências;

8.3. Receber o Aprendiz encaminhado pela CONTRATADA, mantendo entendimentos sobre as condições de realização do programa;

8.4. Realizar treinamento de integração com o objetivo de apresentar a estrutura e o funcionamento da empresa e das áreas onde vai atuar;

8.5. Oferecer à CONTRATADA os subsídios para, quando necessário, acompanhar as atividades práticas do aprendiz na empresa;

8.6. Designar profissional supervisor para acompanhamento do Jovem Aprendiz no ambiente de prática profissional;

8.7. Controlar período de férias e pagamento dos Aprendizes;

8.8. Colaborar com a CONTRATADA na supervisão e na avaliação do adolescente ou jovem;

8.9. Proporcionar ao Aprendiz, condições de treinamento prático e de relacionamento humano;

8.10. Comunicar a CONTRATADA a interrupção, conclusão ou eventuais modificações do convencionado em relação a cada programa de aprendizagem;

8.11. Facilitar para a CONTRATADA todos os contatos que se fizerem necessários com todas as áreas de sua estrutura, diretamente envolvidas com a execução deste contrato;

8.12. Manter estreito e permanente contato com as devidas áreas operacionais da CONTRATADA, diretamente envolvidas com a execução deste contrato, de tal forma a alcançar um desejável e contínuo aprimoramento do trabalho conjunto preconizado no item 1 deste instrumento.

9. PAGAMENTO

9.1. Como pagamento pelos serviços prestados será devido um custo administrativo pelas aulas teóricas sendo estipulado um valor fixo por Aprendiz;

9.3. No valor da taxa de administração deverão estar inclusos todos os impostos, taxas e demais encargos/despesas necessários a completa execução dos serviços contratados, bem como crachá e uniforme;

9.4. A CONTRATADA deverá apresentar fatura mensal de cobrança, contendo os valores referentes à remuneração (salário, vale transporte e vale refeição), seguro de vida, exame admissional, demissional e periódico, por Aprendiz, assim como o custo administrativo pelos serviços prestados e anexar memória de cálculo dos valores constantes da mesma e cópias da GFIP e GPS;

9.5. O seguro de acidentes pessoais deverá ser pago de uma só vez no momento da admissão do Aprendiz, quando ele será incluído na cobertura de seguro proporcionada pela apólice a cargo da CONTRATADA e renovado após 01 ano nos casos de prorrogação do programa de aprendizagem;

9.6. Os pagamentos das faturas serão efetuados até 30 (trinta) dias após o recebimento dos documentos de cobrança no protocolo da CONTRATANTE.

9.7. O pagamento aos Aprendizes deverá ser feito pela CONTRATADA obrigatoriamente até o quinto dia útil de cada mês, de acordo com legislação trabalhista vigente;

9.8. Poderá haver repactuação de preços, desde que pedido pela CONTRATADA e observada periodicidade anual. Deverá ser baseada na variação dos componentes dos custos ocorrida no período, devidamente justificada e demonstrada em planilha.

9.9. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes aos serviços prestados, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

10. PRAZO

O prazo dos serviços é até 30 (trinta) meses, iniciando-se a partir da emissão da Ordem de Serviço, podendo ser prorrogado nos termos da lei, mediante Termo Aditivo.

11. DISPOSIÇÕES GERAIS

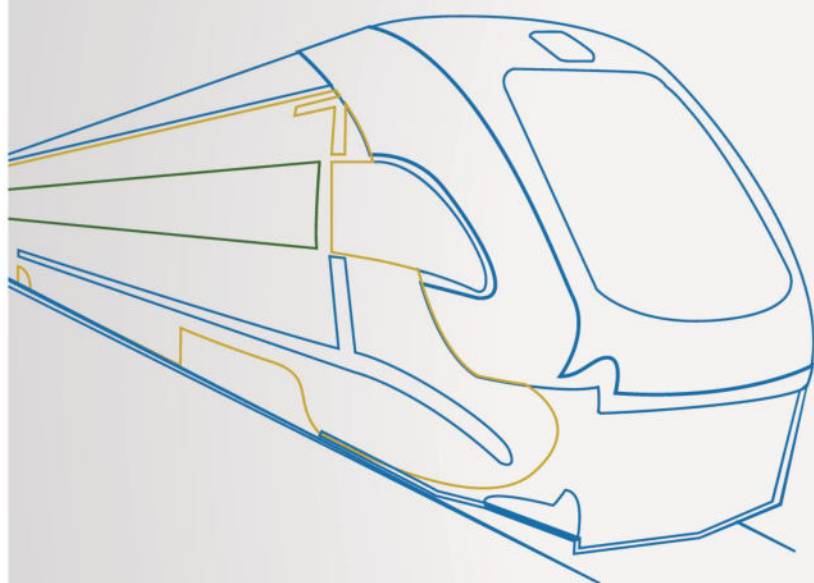
A CONTRATADA deverá, obrigatoriamente, comprovar no ato da entrega de sua proposta o registro e o depósito do Programa de Formação Profissional de Aprendizes, no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e na respectiva unidade descentralizada do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, em cumprimento ao artigo 2º da Resolução nº 74, expedida pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA, de 13/09/2001 e ao parágrafo único do artigo 2º da Portaria nº 702, expedida pelo Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, de 18/12/2001.

**Adriana
Bressanin**

Assinado de forma
digital por Adriana
Bressanin
Dados: 2023.10.02
14:36:40 -03'00'

ADRIANA BRESSANIN DE SIQUEIRA
Gerente Técnica de Desenvolvimento de Recursos Humanos - GEDES

PROPOSTA DE PREÇOS



CBTU - COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS

ANEXO II

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

CONTRATANTE

Razão Social:	CBTU - Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU		
CNPJ:		Contato:	Guilherme Lopes
E-mail:	glemos@cbtu.gov.br	Nº Processo/Contrato:	
Telefone:			

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS

A	Data de apresentação da proposta	28/09/2023
B	Validade da Proposta	90 Dias
C	Município/UF	Brasília/DF
D	Ano do Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo	2023
E	Nº de meses de execução contratual	30

IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO

Tipo de Serviço	Unidade de Medida	Quantidade total a contratar (em função da unidade de medida)
Programa de Aprendizagem	Aprendiz	9 nove

DADOS PARA COMPOSIÇÃO DOS CUSTOS REFERENTES À MÃO-DE-OBRA

1	Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas)	Assistente Administrativo 4H 24M
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	411005
3	Salário Nominativo da Categoria Profissional	R\$ 619,99
4	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)	Aprendiz
5	Data base da categoria (dia/mês/ano)	01/05/2023
6	Dias úteis	22

MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO

		%	Valor R\$
A	Salário Base	N/A	619,99
B	Outros (especificar)	0,00%	0,00
	TOTAL MÓDULO 1	0,00%	619,99

MÓDULO 2 - ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS

		%	Valor R\$
Submódulo 2.1: 13º Salário, Férias e Adicional de Férias			
A	13º Salário	8,33%	51,65
B	Férias	8,33%	51,65
C	Adicional de Férias	2,78%	17,24
	Total Submódulo 2.1	19,44%	120,54
Submódulo 2.2: Encargos Sociais			
A	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS	2,00%	14,81
	Subtotal Submódulo 2.2	2,00%	14,81
Submódulo 2.3: Benefícios Diários e Mensais			
A	Vale Transporte	Valor Unitário: 5,50	242,00
B	(-) Custeio Vale Transporte	6,00%	-37,20
C	Vale Refeição / Alimentação	Valor Unitário: 12,00	264,00
D	Seguro de Vida	N/A	1,28
E	Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO	N/A	9,19
F	Programa de Aprendizagem	N/A	140,57
G	Outros (especificar)	N/A	0,00
	Subtotal Submódulo 2.3	6,00%	619,84
	TOTAL MÓDULO 2		755,19

MÓDULO 3 - INSUMOS DIVERSOS

		%	Valor R\$
A	Uniformes	Quantidade: 4	Valor Unitário: 30,00
B	Outros (especificar)	N/A	10,00
	TOTAL MÓDULO 3	N/A	0,00

MÓDULO 4 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO

		%	Valor R\$
A	Despesas Administrativas e Operacionais	N/A	140,00
	TOTAL MÓDULO 4	0,00%	140,00

QUADRO RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO

		%	Valor R\$
	Mão-de-Obra vinculada à execução contratual (valor por aprendiz)		
A	MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO	40,65%	619,99
B	MÓDULO 2 - ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS	49,51%	755,19
C	MÓDULO 3 - INSUMOS DIVERSOS	0,66%	10,00
D	MÓDULO 4 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO	9,18%	140,00
	PREÇO TOTAL POR APRENDIZ	100,00%	1.525,18

VALOR MENSAL DO SERVIÇO (Preço total por Empregado x Quantidade total a contratar)

13.726,62

VALOR GLOBAL DO SERVIÇO (Valor Mensal do Serviço x Nº de meses de execução contratual)

411.798,60

quatrocentos e onze mil setecentos e noventa e oito reais e sessenta centavos

DADOS BANCÁRIOS

Banco:	Santander (033)	Agência:	4237	Conta:	13003021-4
---------------	-----------------	-----------------	------	---------------	------------

PROGRAMA DE APRENDIZAGEM

CURSO: Assistente Administrativo 4H 24M

VIGÊNCIA DO CONTRATO DE TRABALHO:

24 Meses

C.H. TOTAL:

1840 Horas



INSPETORIA SÃO JOÃO BOSCO
Centro Salesiano do Menor
SGAS Quadra 702 Conjunto B, Asa Sul, Brasília/DF
CNPJ nº 33.583.592/0048-34
CF/DF nº 07.387.286/002-28



Aprendizagem, mais que uma oportunidade!



PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

Módulo Introdutório (Teoria)	40	10 encontros sequenciais no início do contrato
Atividades Teóricas	400	4 encontros mensais
Atividades Práticas	1440	